

JOVENS: DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E PARTICIPATIVAS

Maria Manuel Vieira, Vítor Sérgio Ferreira, Filipa Pinho

O decréscimo do peso da população jovem no total da população tem vindo a constituir um dos traços estruturantes da sociedade portuguesa desde a viragem do milénio, tendência que adquire intensidades e respostas diferenciadas à escala municipal.

O aumento da esperança média de vida e a baixa natalidade verificadas nas últimas décadas, a par da retoma da emigração entre jovens devido à crise iniciada em 2009, são fatores que contribuíram para reconfigurar a estrutura demográfica no território nacional.

Interessa, assim, apurar a uma escala mais fina a distribuição dos jovens no território, no sentido de identificar geograficamente tendências demográficas, sublinhar efeitos nas dinâmicas de participação cívica e sinalizar estratégias promotoras do seu envolvimento político a nível local que contrariem a sua desvinculação a determinados territórios de residência. Os "jovens" serão aqui entendidos como a população entre os 15 e os 29 anos, o recorte etário tradicional nos estudos sobre juventude.

Distribuição territorial dos jovens

A sociedade portuguesa tem sido afetada por profundas alterações demográficas, refletidas em debates públicos sobre os seus efeitos socioeconómicos e respostas em termos de políticas públicas. As mudanças na estrutura etária da população têm merecido destaque devido ao duplo processo de *envelhecimento demográfico* ocorrido desde os anos 1990, caracterizado pelo aumento dos idosos no topo da pirâmide etária e pela diminuição dos jovens na base desta.

Induzido por fatores demográficos associados à dinâmica natural (mortalidade e natalidade) e à dinâmica migratória (imigração, emigração e mobilidade interna), esse processo tem criado condições para atribuir aos jovens um *valor de raridade* na sociedade portuguesa. A “juventude” é, por isso, tomada como um segmento populacional em que importa investir de formas diversas. De entre esses investimentos, alguns têm-se traduzido num esforço visível em muitos municípios – através dos órgãos de governo local, de associações e movimentos de cidadãos – para promover ações, programas ou políticas públicas no sentido de aliciar ou conservar os jovens dentro dos seus limites geográficos.

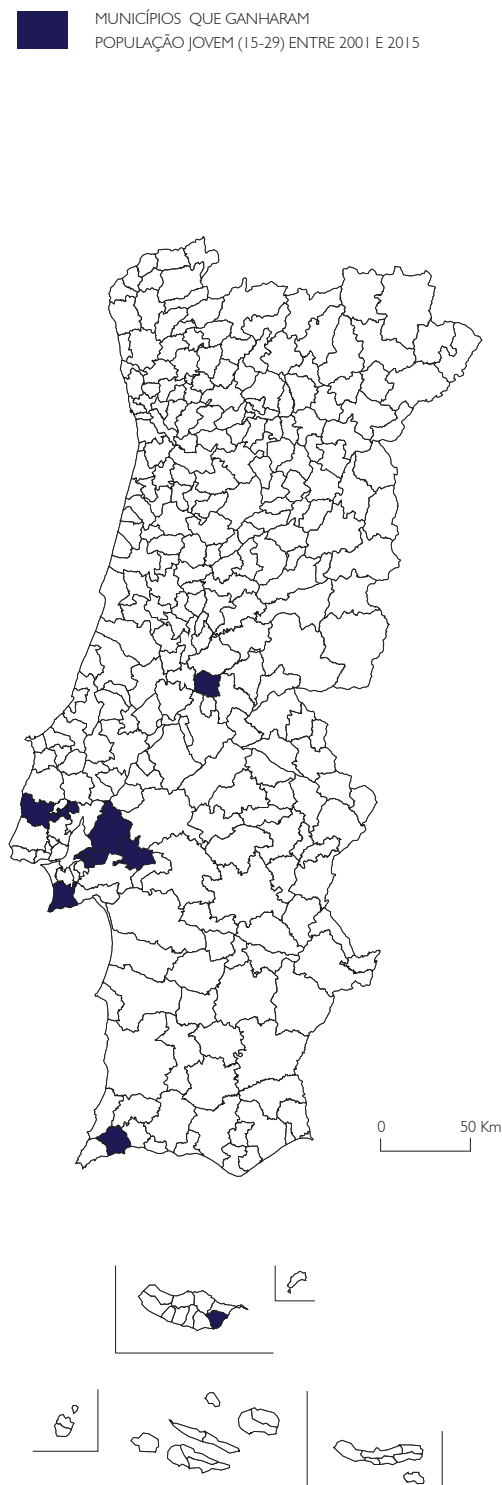
É um desafio que tem sido difícil de superar. Observando a Figura 4.1, é notória a rarefação de municípios onde existiu algum crescimento da população jovem entre 2001 e 2015. Estes municípios circunscrevem-se a alguns enclaves territoriais outrora rurais que, devido ao investimento recente em imobiliário e em infraestruturas rodoviárias, se tornaram atrativos pela proximidade de Lisboa, como Alcochete (cujas população jovem cresceu 12,7% entre 2001 e 2015), Montijo (7,3%), Benavente (2,4%) e Sesimbra (3,2%), a sul do Tejo, e Mafra (12,7%) e Arruda dos Vinhos (9,2%), a norte.

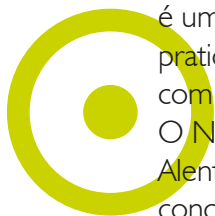
No município de Vila de Rei, cresceu muito a população jovem nos últimos 15 anos (17,5%). Isolado daquele fenómeno no Centro Interior do país (distrito de Castelo Branco), beneficiou de um quadro de políticas públicas pioneiro à data da

Figura 4.1 Municípios que ganharam população jovem (15-29 anos) entre 2001 e 2015

Fonte: Dados calculados com base nas estatísticas demográficas (2001) e nas estimativas anuais (2015) da população residente a 31 de dezembro publicadas pelo INE.

Nota: A cor branca no mapa assinala os municípios que mantiveram ou perderam população jovem no mesmo período.





A rarefação da população juvenil é um fenómeno que atinge praticamente todo o país, embora com intensidades diferentes. O Norte e Centro Interior e o Alentejo são as áreas onde se concentram os municípios com um envelhecimento populacional mais acentuado.

sua criação (1999), configurado no Regulamento Municipal para apoio à fixação de população jovem, que estipula a entrega anual de subsídios de apoio ao casamento e nascimento, entre outras medidas de combate ao despovoamento.

Na dinâmica de crescimento da população jovem em Portugal, destaque-se ainda o município de Lagos (6,9%), privilegiado pela receção de imigrantes jovens assinalada nessa região (SEF, 2015), bem como o município de Santa Cruz (4,2%), na Madeira. Além de ser o maior parque industrial e um dos municípios com mais empresas nesta ilha, Santa Cruz tornou-se também num polo residencial atrativo para as famílias que trabalham no Funchal, face aos elevados preços do imobiliário aí praticados (Dantas, 2011: 223-24).

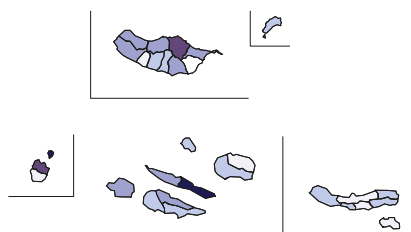
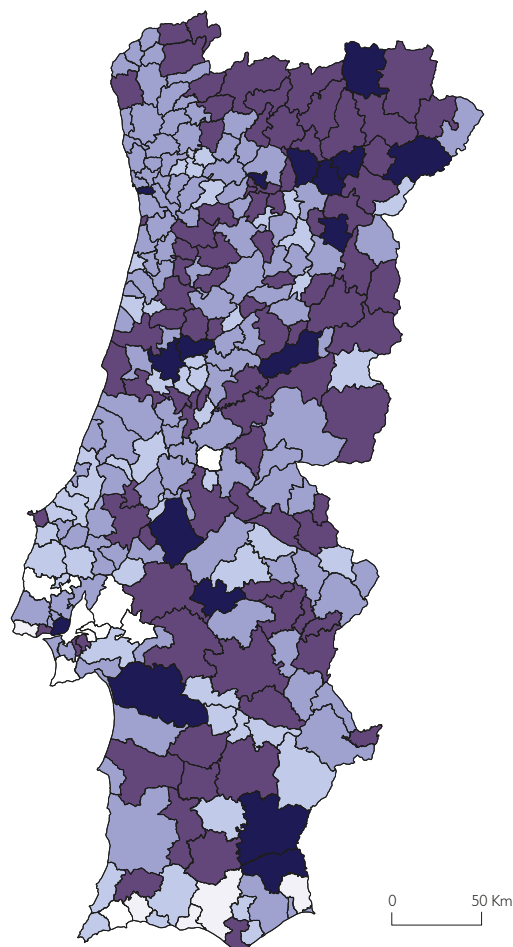
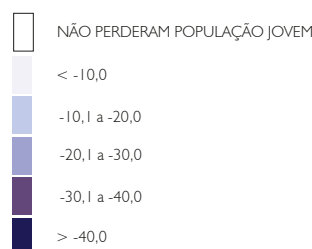
A Figura 4.2, por sua vez, mostra como a rarefação da população juvenil é um fenómeno que atinge praticamente todo o país, embora com intensidades diferentes. O Norte e Centro Interior e o Alentejo são as áreas geográficas onde se concentram os municípios com um envelhecimento populacional mais acentuado. Vinhais e Mogadouro, Vila Flor, Carrizada de Ansiães e Alijó, Santa Marta de Penaguião, Meda e Covilhã, por um lado, bem como Mora, Alcácer do Sal e Mértola, por outro, viram perder em 2015 mais de 40% da população jovem que tinham em 2001. Nas ilhas, os municípios mais penalizados são o Corvo e a Calheta, na Região Autónoma dos Açores.

À medida que se caminha do interior para o litoral, observam-se os efeitos do progressivo despovoamento das regiões de Trás-os-Montes, Beiras e Alentejo, e os consequentes processos de litoralização e urbanização da presença de jovens, sobretudo nas regiões da Grande Lisboa, no Oeste e na costa algarvia.

Figura 4.2 Municípios que perderam população jovem (15-29 anos) entre 2001 e 2015 (%)

Fonte: Dados calculados com base nas estatísticas demográficas (2001) e nas estimativas anuais (2015) da população residente a 31 de dezembro publicadas pelo INE.

Nota: A cor branca no mapa assinala os municípios que ganharam população jovem no mesmo período.



Na origem destes processos, na década de 1960, dezenas de milhares de jovens abandonaram as áreas rurais e as atividades agrícolas que ocupavam os seus pais, migrando para o estrangeiro ou internamente, em direção às áreas industriais e aos centros urbanos predominantemente localizados no litoral, em busca de oportunidades de emprego (Ferreira, 2006). Hoje, com expectativas de melhoria das condições materiais de vida, os jovens tendem a concentrar-se nos municípios mais urbanos, também pelas oportunidades escolares e pelas possibilidades de estilos de vida ali oferecidos.

Note-se, todavia, como as três principais cidades do país têm tido dificuldades acrescidas em atrair e conservar população juvenil, estando entre os municípios onde a presença de jovens mais decresceu nos últimos quinze anos: Lisboa perdeu cerca de 47% da população jovem que detinha em 2001, Porto, aproximadamente 48%, e Coimbra, perto de 46%. O preço elevado dos imóveis para habitação própria ou para arrendamento será relevante, considerando que a população jovem cresceu nos municípios limítrofes a norte e a sul de Lisboa que têm tido a capacidade de oferecer condições de habitação a preços mais acessíveis e condições de mobilidade e de acessibilidade a polos de emprego.

Fixando o olhar no presente, a Figura 4.3 demonstra que a grande maioria dos municípios portugueses — 87% — tem uma representação de jovens inferior à do conjunto da população do país: 16,1%. No seguimento das tendências identificadas, esta realidade espelha o processo de despovoamento de grandes manchas do território nacional e de envelhecimento da população, reforçado pelo aumento dos fluxos emigratórios. Apresentando-se como uma alternativa ao desemprego, a emigração recente de população jovem é, de facto, um dos fatores que acentua este retrato.

Na enorme mancha de municípios onde a proporção de jovens é inferior à média nacional (16,1%), sobressaem os municípios situados no Interior, incluindo toda a faixa fronteiriça a norte de Arronches (distrito de Portalegre), os municípios do Litoral Alentejano (contando com Setúbal) e a generalidade dos municípios algarvios, incluindo Faro.

No polo oposto, quatro municípios geograficamente concentrados revelam uma representação de jovens particularmente expressiva face aos demais: Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras, no distrito do Porto, e Vizela, no distrito de Braga. Neste caso, a indústria de madeira e mobiliário que caracteriza Paços de Ferreira, e a indústria do calçado e do couro,



A emigração recente de população jovem é um dos fatores que acentua o envelhecimento da população.

com epicentro em Felgueiras, não serão alheias à capacidade destes municípios reterem e captarem, nos concelhos vizinhos, população jovem numa proporção que escapa à tendência nacional.

Este enclave insere-se numa área mais vasta, que concentra um grande número de municípios com representação de jovens também acima do valor nacional, embora em proporções mais modestas (17% a 19%): Barcelos, Braga, Guimarães ou Vila Nova de Famalicão, no distrito de Braga; Vila do Conde e Póvoa de Varzim, no distrito do Porto; Ovar, Murtosa ou Estarreja, no distrito de Aveiro. A região Noroeste, principal origem geográfica das exportações portuguesas, associa-se fortemente à produção industrial difusa e, em muitos casos, intensiva em mão-de-obra num conjunto de atividades económicas potencialmente empregadoras de jovens locais, como alimentação e bebidas, têxteis e calçado, cortiça ou componentes de automóvel (Ribeiro e Ferrão, 2014: 23).

Alguns municípios do Norte e Centro Interior revelam dinamismo populacional idêntico: Mondim de Basto, Mesão Frio ou Peso da Régua, no distrito de Vila Real; e Vila Nova de Paiva, Sátão, Sernancelhe ou Moimenta da Beira, no distrito de Viseu. Outros fatores contribuirão para estes municípios concentrarem população menos envelhecida, associados, por exemplo, a relações familiares e de vizinhança tradicionais e de proximidade correspondentes a estruturas informais de apoio, em geral, e à primeira infância, em particular.

De assinalar, ainda, os municípios na Área Metropolitana de Lisboa que concentram população jovem em proporções um pouco mais elevadas, por razões anteriormente assinaladas e associadas à acessibilidade e a custos mais baixos na habitação, ou ao afastamento da cidade e à possibilidade de viver num



A grande maioria dos municípios portugueses - 87% - tem uma representação de jovens inferior à que se verifica para o conjunto da população do país.

entorno com paisagem rural ou de praia, mas próximo de Lisboa, ou ainda à dispersão do emprego nos últimos anos na Área Metropolitana da capital. São os casos de Sintra, Cascais e Mafra, a norte do Tejo, ou de Sesimbra, Alcochete, Montijo, Benavente e Golegã, a sul.

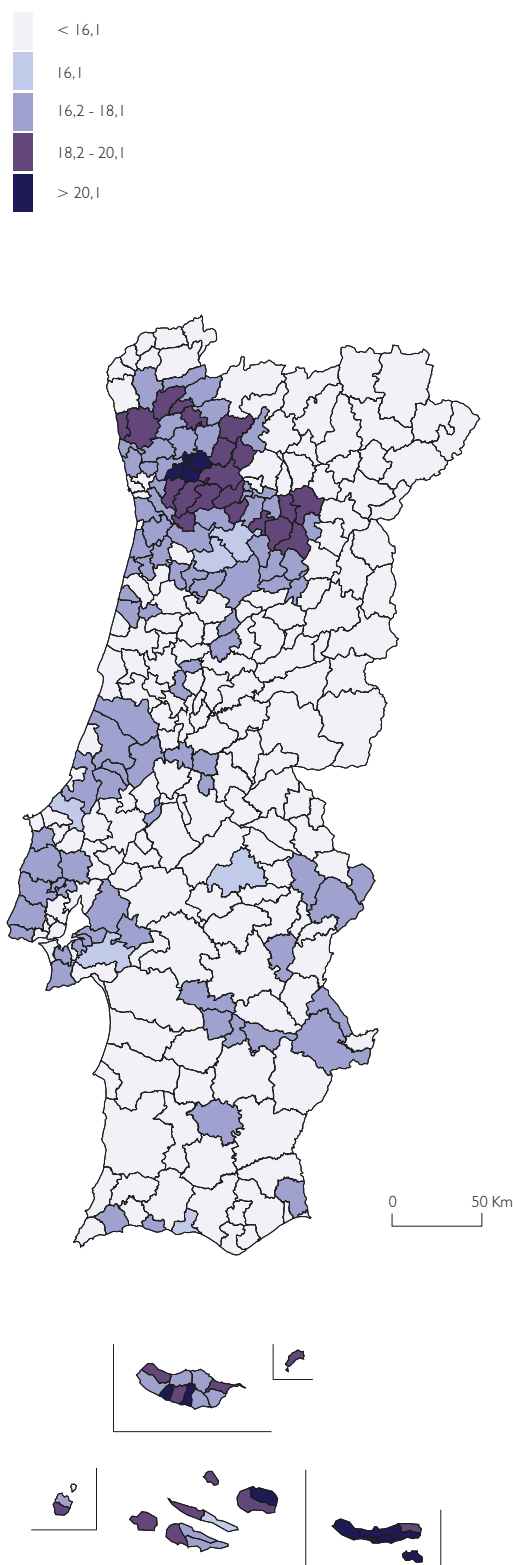
Um apontamento sobre o Alentejo: Campo Maior, Elvas ou Monforte, no distrito de Portalegre, mas também Redondo, Alvito, Mourão e Viana do Alentejo, no distrito de Évora, contribuem proporcionalmente com mais população jovem do que a maioria dos municípios que marcam a tendência geral do país. Investimentos na produção de carne alentejana, na torrefação de café e na indústria vinícola poderão estar na origem da explicação destas diferenças.

De entre o conjunto dos municípios do Algarve, distinguem-se Lagos, Lagoa e Castro Marim, com representação juvenil ligeiramente acima do total nacional. O turismo gera emprego e é com certeza responsável pelo carácter atrativo desta região, mas a sazonalidade que lhe é inerente será uma dimensão a considerar quando se verifica que mais nenhum município algarvio tem uma representação juvenil superior à média nacional.

As regiões autónomas registam um comportamento semelhante: as ilhas têm em geral uma população mais jovem do que o Continente, à exceção do município da Calheta, na Região Autónoma dos Açores. Além de as Universidades dos Açores e da Madeira poderem estar a contribuir para a fixação de jovens nessas regiões, a estrutura agropecuária dos Açores (carne e laticínios) ou agrícola da Madeira (banana, flores), e a indústria do turismo em ambos os arquipélagos, enquanto geradoras de emprego, concorrerão também para a explicação deste desempenho insular.

Figura 4.3 Percentagem de jovens (15-29 anos), por município, relativamente à proporção de jovens na população total do país em 2015 (16,1%)

Fonte: Dados calculados com base nas estatísticas anuais da população residente em 31/12 publicadas pelo INE.



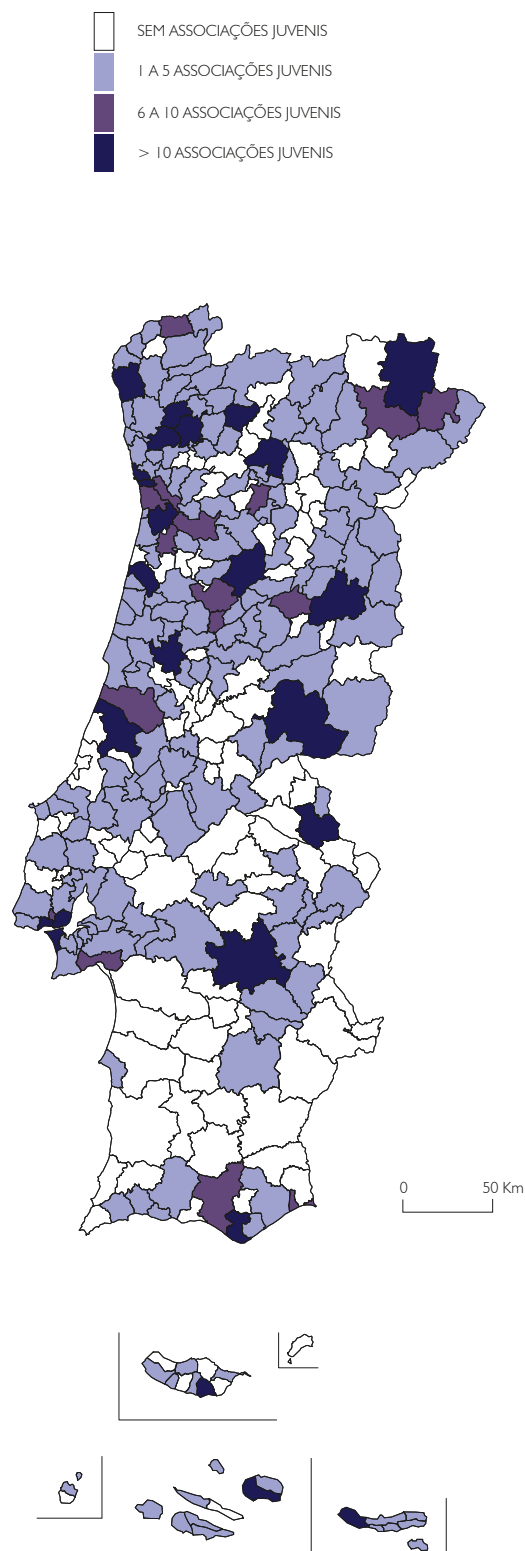
Associativismo jovem por município

Será a “desjuvenilização” demográfica sinónimo de participação cívica e política anémica? Vários estudos reconhecem o desinteresse dos portugueses face à participação cívica e política. Os jovens não são exceção. Um inquérito recente a uma amostra representativa da população revela que os jovens entre os 15 e os 24 anos apenas sobressaem timidamente da média nacional, em termos de participação cívica, na pertença a grupos desportivos e na participação em associações juvenis e estudantis (Lobo, Ferreira e Rowland, 2015: 52-53).

Embora abrangendo uma proporção reduzida da população juvenil, a promoção do associativismo jovem tem sido uma aposta das políticas públicas nas últimas décadas (Observatório Permanente da Juventude, 2017). Desde a criação do FAOJ — Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, em 1976, passando pela legislação que incentiva as associações juvenis à inscrição no Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ) para a concessão de apoios, a aposta política neste domínio expressa-se na consagração jurídica do associativismo jovem e respetivos programas de apoio: apoio financeiro às atividades das associações juvenis (PAJ — Programa de Apoio Juvenil), ao investimento em infraestruturas, instalações e equipamentos (PAI — Programa de Apoio Infraestrutural) e ao desenvolvimento de atividades das associações de estudantes (PAE — Programa de Apoio Estudantil); e apoio à formação de dirigentes dessas associações (PF — Programa Formar). Mais recentemente, no período da crise económica, as políticas públicas recentraram os apoios financeiros na gestão da atividade das associações juvenis, inserindo-os “no plano estratégico de iniciativas à empregabilidade jovem e apoios às Pequenas e Médias Empresas — Impulso Jovem, através do programa Incentivo ao Desenvolvimento Associativo (IDA)” (OPJ, 2017).

Figura 4.4 Associações juvenis inscritas nas bases RNAJ, RRAJ e RAAJ por 1000 jovens, por município (2015)

Fonte: Base RNAJ, 2015 (Continente), Instituto Português da Juventude; Base RRAJ (Madeira), Direção Regional da Juventude e Desporto, RAM; Base RAAJ (Açores), Direção Regional da Juventude, RAA.





Embora abrangendo uma proporção reduzida da população juvenil, a promoção do associativismo jovem tem sido uma aposta das políticas públicas nas últimas décadas.

Este conjunto de ações terá sido um incentivo para consolidar o atual mapa de associações juvenis registadas, cuja elegibilidade para pertencer ao RNAJ está dependente do facto de a maioria dos associados (75%) possuir idade igual ou inferior a 30 anos. Coincidindo apenas parcialmente com os municípios onde se observa uma proporção de jovens maior do que a proporção de jovens na população total nacional, a Figura 4.4 revela uma mancha associativa mais densa, quer nos municípios do Norte, Centro, Alentejo e Algarve, quer nos municípios das Regiões Autónomas, ou ainda naqueles onde se situam os principais centros urbanos do país. Segundo os dados do RNAJ, os municípios de Lisboa e Porto concentravam em 2015 mais de 100 associações juvenis registadas, seguidos à distância por Coimbra, Braga e Vila Real, com cerca de metade desse número.

Contudo, o valor absoluto apresentado por cada município perde significado no confronto com a sua ponderação pelo número de residentes jovens existentes em cada um. A análise da Figura 4.4, que mede o número de associações juvenis por 1000 jovens em cada município, devolve-nos uma imagem de particular dinamismo associativo em alguns concelhos, que se destacam por apresentar mais de 4 associações por 1000 jovens: é o caso de municípios situados no Interior, como Vimioso (10,5), Meda (4,9), Santa Comba Dão (4,8), Torre de Moncorvo (4,7) e Cabeceiras de Basto (4,1), mas também de áreas consideradas ultraperiféricas, como o município do Corvo, na Região Autónoma dos Açores, que regista o valor mais elevado, com 19,6 associações por 1000 jovens. Neste grupo da frente pontuam apenas dois municípios urbanos, ambos em Trás-os-Montes: Bragança (7,4) e Vila Real (6,2), cujos valores suplantam quase em dobro os de Lisboa (1,9) e Porto (3,6).

Por contraste, destacam-se algumas manchas de municípios incrustados no Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e, de forma visível, na região do Alentejo. É importante ressaltar que tal não significará a inexistência de coletivos juvenis nestes municípios, mas a ausência de associações que formalizaram o seu registo no RNAJ, por não reunirem os requisitos exigidos e/ou não demonstrarem interesse nesse registo.

Importa ainda aferir a diversidade de associações presentes em cada município. No sítio do Instituto Português do Desporto e da Juventude listam-se os tipos de associações que integram o RNAJ: na categoria "Associações de Jovens" incluem-se as associações juvenis, associações de estudantes, federações de associações juvenis, federações de associações de estudantes e associações socioprofissionais; na categoria "Grupos Informais de Jovens e/ou Organizações equiparadas a associações juvenis" englobam-se as organizações nacionais reconhecidas pela World Association of Girl Guides and Girl Scouts (WAGGGS) e pela World Organization of the Scout Movement (WOSM), organizações de juventude, partidárias ou sindicais, e, ainda, entidades sem fins lucrativos de reconhecido mérito que desenvolvam atividades para jovens.



Particular dinamismo associativo em alguns municípios situados no Interior, mas também de áreas consideradas ultraperiféricas.

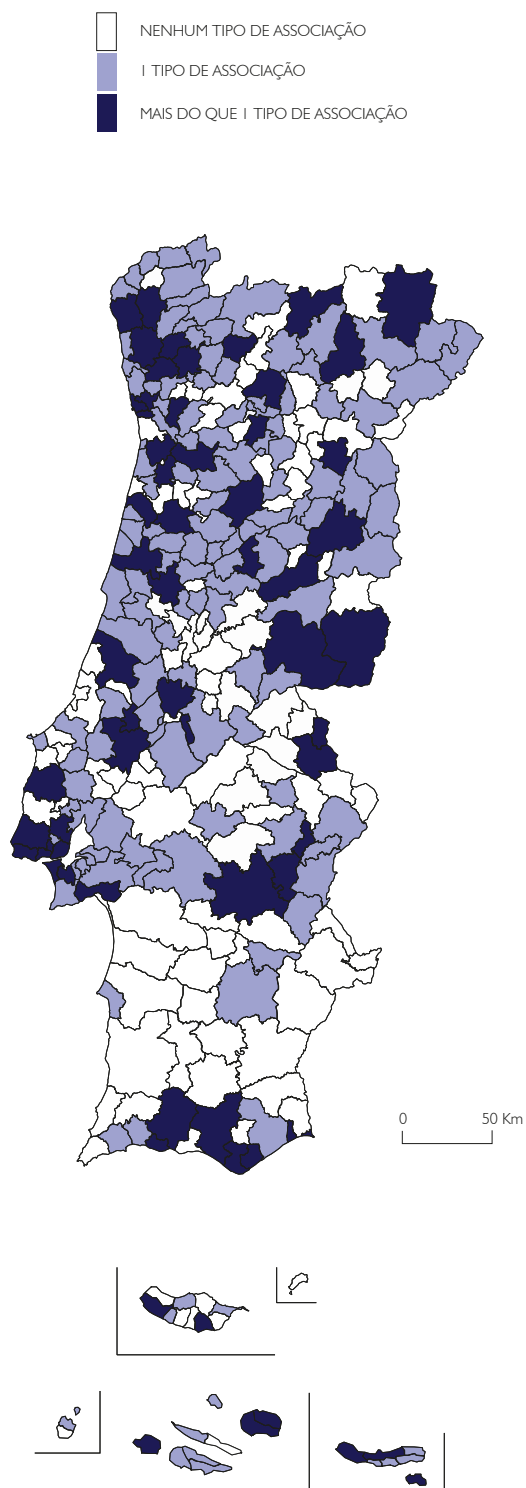
As maiores manchas de diversidade de tipos de associações encontram-se em municípios de perfil urbano e rural situados nas regiões Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa e Algarve, bem como das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A Figura 4.5 permite constatar que, em linha com a tendência acabada de referir, as maiores manchas de diversidade encontram-se em municípios de perfil urbano e rural situados nas regiões Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa e Algarve, bem como em municípios da Região Autónoma dos Açores e, um pouco mais mitigado, da Região Autónoma da Madeira. A inexistência de associações juvenis determina as manchas a branco detetadas em alguns municípios localizados no Norte e Centro Interior, mas, sobretudo, numa ampla faixa dos municípios do Alentejo.

Figura 4.5 Diversidade de tipos de associações juvenis inscritas nas bases RNAJ, RRAJ e RAAJ, por município (2015)

Fonte: Base RNAJ, 2015 (Continente), Instituto Português da Juventude; Base RRAJ (Madeira), Direção Regional da Juventude e Desporto, RAM; Base RAAJ (Açores), Direção Regional da Juventude, RAA.

Nota: O facto de o RAAJ não catalogar as associações da Região por subtipos impede que se possa apresentar para o total do país a desagregação das associações juvenis para além dos tipos genéricos "Associações de Jovens" e "Grupos Informais de Jovens e/ou Organizações equiparadas a associações juvenis".



IV

Os jovens e a participação política local - o caso do orçamento participativo jovem

Os mecanismos tradicionais de participação política não parecem atrair os jovens: a proporção daqueles que indicam pertencer a um partido político é extremamente baixa (1% dos jovens entre 15-24 anos) (Lobo, Ferreira e Rowland, 2015) e a percentagem de jovens eleitores com ligações partidárias tem diminuído nos últimos anos (Lisi, 2012).

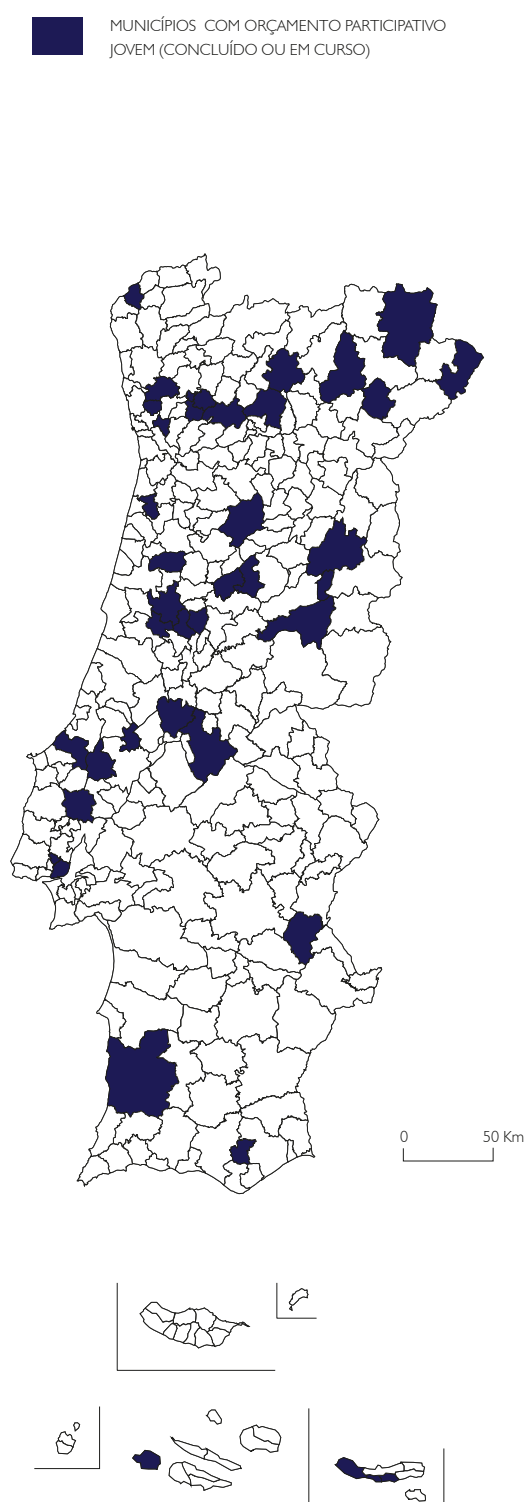
Neste contexto de cidadania política fraca têm emergido novas fórmulas de participação que apelam a intervenções locais, com efeitos mais imediatos, e que veiculem os indivíduos às suas escolhas diretas. É exemplo disso a experiência dos OP — Orçamentos Participativos, uma iniciativa que convida os cidadãos a decidir sobre uma parte do orçamento municipal. Surgida na cidade de Porto Alegre, no Brasil, em 1989, esta experiência alastrou a outros países e continentes. Em Portugal, municípios como o de Palmela foram pioneiros na introdução deste mecanismo de democracia participativa.

O caráter recente desta experiência em Portugal não invalida a sua popularidade, considerando o notável aumento de OP promovidos pelo poder local: cerca de 30, em 2014, passa para 118, em 2017 (Allegretti, in *Jornal de Negócios*, 9 de abril de 2017).

São Brás de Alportel introduziu neste projeto inicial uma nova componente: a modalidade de Orçamento Participativo de Crianças e Jovens (www.portugalparticipa.pt/Monitoring), na qual algumas autarquias têm apostado. A Figura 4.6 dá a ver a localização destas experiências de “democracia de proximidade” (Dias e Allegretti, 2009) no território nacional, verificando-se que todas as regiões — à exceção da Madeira — incluem pelo menos um município onde um OPjovem foi concluído ou está em curso.

Figura 4.6 Municípios com Orçamento Participativo Jovem (concluído ou em curso em 2017)

Fonte: Observatório Nacional “Portugal Participa — Rede de Autarquias Participativas”.



Conclusão

A análise da distribuição dos jovens no espaço nacional revela o carácter esmagador da “desjuvenilização” do território: apenas 9 dos 308 municípios do país não perderam população jovem na última década e meia, demonstrando alguma vitalidade demográfica. É de assinalar que a maioria destes raros municípios está concentrada no Arco Metropolitano de Lisboa, o que reforça tendências de urbanização e litoralização da população jovem já identificadas noutros estudos.

Esta evidência espelha-se no retrato da situação presente: a proporção de jovens por município relativamente à proporção de jovens na população total permite mapear duas grandes regiões no Continente – o Noroeste e o Arco Metropolitano de Lisboa –, onde se concentra, em alguns dos municípios, a maior percentagem de jovens. Os municípios das Regiões Autónomas replicam este retrato de forma acentuada. Importa evidenciar algumas bolsas de fixação de jovens em municípios incluídos em regiões mais improváveis, como o Centro e o Alentejo Interiores, cuja dinâmica interessará acompanhar.

O retrato do associativismo juvenil, enquanto indicador de envolvimento cívico da população jovem, revela recortes transversais às habituais dicotomias Norte/Sul e Litoral/Interior. Todas as regiões do país incluem municípios com dinâmicas associativas, embora a população jovem dos municípios alentejanos evidencie menor adesão ao associativismo juvenil – pelo menos, o registado institucionalmente.

Envolver a população jovem nas decisões sobre os recursos locais constitui aposta recente do poder local. O mapa dos municípios com experiências de Orçamento Participativo Jovem devolve-nos um panorama multifacetado: municípios a) predominantemente rurais ou com fortes marcas urbanas; b) situados em territórios de baixa densidade, de povoamento difuso ou densamente populosos; c) onde pontuam atividades agrícolas, industriais ou de serviços; d) geridos por diferentes cores partidárias. Esta diversidade demonstra como uma cultura de participação e cidadania é independente dos recursos dos municípios e decorre,

essencialmente, de disposições propícias ao aprofundamento democrático por parte dos atores do poder local. Neste contexto, urge destacar municípios que conjugam menor população jovem com associativismo e participação: Miranda do Douro, Vila Nova de Cerveira e Vila Pouca de Aguiar (Região Norte), Lousã, Miranda do Corvo e Alcanena (Centro), Reguengos de Monsaraz (Alentejo) e Vila Franca do Campo (Açores). Pequenas bolsas de socialização para uma cultura de participação e cidadania?



Apenas 9 dos 308 municípios do país não perderam população jovem na última década e meia.

Envolver a população jovem nas decisões sobre os recursos locais constitui uma aposta recente do poder local.

referências bibliográficas

Dantas, Maria Gilda (coord.). 2011. «Diagnóstico da População Imigrante nos Concelhos de Funchal, Câmara de Lobos e Santa Cruz — Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento Local». Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (I.P.).

Dias, Nelson e Giovanni Allegretti. 2009. «Orçamentos Participativos em Portugal: Em busca de uma democracia de maior proximidade ou de uma racionalidade funcional?». *Cidades, Comunidades e Territórios*. 18: 59-78.

Ferreira, Vítor Sérgio (coord.). 2006. *A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio. Um Retrato Longitudinal através de Fontes Estatísticas Oficiais: 1990-2005*. Lisboa: Instituto Português da Juventude.

Marco Lisi. 2012. "Os jovens e os partidos". *Olhares sobre os jovens*. Lisboa. OPJ. Acedido a 5 de julho de 2017, em <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/junho-2012>.

Lobo, Marina Costa, Vítor Sérgio Ferreira, Jussara Rowland. 2015. *Emprego, mobilidade, política e lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada*. Lisboa: ICS. Acedido a 5 de julho de 2017, em http://www.igfse.pt/upload/docs/2015/RoteirosdoFuturo_EstudoJovens2015.pdf.

Observatório Permanente da Juventude. 2017. *Legislação sobre Juventude em Portugal: 1974-2016 — Bases de dados*. Lisboa: OPJ-ICS. Acedido a 5 de julho de 2017, em <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/basesdedados/legislacao-sobre-juventude-em-portugal-1974-2016>.

Ribeiro, José Manuel Félix e João Ferrão (coords.). 2014. *Noroeste Global*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SEF. 2015. Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo — 2015. Lisboa: SEF. Acedido a 5 de julho de 2017, em https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2015.pdf.